

RECURSO ESPECIAL Nº 1.844.462 - RJ (2019/0316841-5)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**
ADVOGADOS : **JAYME SOARES DA ROCHA FILHO - RJ081852**
: **MARCELO NEUMANN MOREIRAS PESSOA - RJ110501**
: **PATRÍCIA SHIMA - RJ125212**
RECORRIDO : **ADILSON PEREIRA DOS SANTOS**
ADVOGADO : **NUBIA FARIA BARCELLOS - RJ057113**

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. SERVIÇO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO. DISCUSSÃO ACERCA DA REGULARIDADE DA COBRANÇA. MATÉRIA DE COMPETÊNCIA DA PRIMEIRA SEÇÃO DO STJ (ART. 9º, § 1º, X, DO RISTJ). REDISTRIBUIÇÃO DOS AUTOS DETERMINADA.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE, com fundamento no art. 105, III, a, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado (e-STJ, fl. 281):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO, COM PEDIDO DE DEVOLUÇÃO DOS VALORES PAGOS E DANO MORAL. COBRANÇA DE TARIFA DE ESGOTO. ALEGAÇÃO DE QUE O SERVIÇO NÃO É EFETIVAMENTE PRESTADO. SENTENÇA QUE JULGA PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. TERMO DE RECONHECIMENTO RECÍPROCO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES CELEBRADO ENTRE A CEDAE E O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO. RELAÇÃO CONTRATUAL QUE NÃO PODE AFETAR OU PREJUDICAR O CONSUMIDOR. LAUDO PERICIAL QUE CONCLUI QUE A EMPRESA CONCESSIONÁRIA NÃO EXECUTA TODAS AS FASES DO SERVIÇO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO. ENTENDIMENTO FIRMADO NO STJ PELA LEGALIDADE DA COBRANÇA DE TARIFA DE ESGOTO MESMO QUANDO O SERVIÇO NÃO É PRESTADO NA SUA INTEGRALIDADE (REsp 1.339.313). PRECEDENTE QUE NÃO ESTABELECE QUE PELO SERVIÇO PARCIAL O PAGAMENTO DEVA SER INTEGRAL. CORRETA A SENTENÇA AO DETERMINAR A REDUÇÃO DA TARIFA PARA 50% (CINQUENTA POR

CENTO). CONSUMIDOR DEVE PAGAR NA PROPORÇÃO DO SERVIÇO QUE LHE É FORNECIDO, EM ATENÇÃO AO EQUILÍBRIO CONTRATUAL QUE DEVE SER PRESERVADO. PRECEDENTES DO TJRJ. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

Nas razões do recurso especial, a recorrente aponta violação aos arts. 3º da Lei n. 11.405/07; 3º, I, *b*, da Lei n. 11.445/07; 9º do Decreto n. 7.217/2010; Decreto n. 553/1976; 17, 485, VI, e 1.022, II, do Código de Processo Civil de 2015; e 206, § 3º, IV, do Código Civil de 2002.

Sustenta, em síntese, a legalidade da cobrança integral de tarifa de esgotamento sanitário.

Contrarrazões não apresentadas.

O Tribunal de origem admitiu o processamento do recurso especial, ascendendo os autos a esta Corte (e-STJ, fls. 451-455).

Brevemente relatado, decido.

Bem compreendido o caso, cumpre observar que os recursos em que discutidas questões dessa natureza não se inserem na competência da Segunda Seção, mas, sim, na da Primeira Seção, conforme se infere do seguinte precedente, firmado em julgamento que se realizou sob o rito dos recursos especiais repetitivos:

ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. SERVIÇO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DOS DEJETOS. INEXISTÊNCIA DE REDE DE TRATAMENTO. TARIFA. LEGITIMIDADE DA COBRANÇA.

1. Não há violação do artigo 535 do CPC quando a Corte de origem emprega fundamentação adequada e suficiente para dirimir a controvérsia.

2. À luz do disposto no art. 3º da Lei 11.445/2007 e no art. 9º do Decreto regulamentador 7.217/2010, justifica-se a cobrança da tarifa de esgoto quando a concessionária realiza a coleta, transporte e escoamento dos dejetos, ainda que não promova o respectivo tratamento sanitário antes do deságue.

3. Tal cobrança não é afastada pelo fato de serem utilizadas as galerias de águas pluviais para a prestação do serviço, uma vez que a concessionária não só realiza a manutenção e desobstrução das ligações de esgoto que são conectadas no sistema público de esgotamento, como também trata o lodo nele gerado.

4. O tratamento final de efluentes é uma etapa posterior e complementar, de natureza sócio-ambiental, travada entre a concessionária e o Poder Público.

5. A legislação que rege a matéria dá suporte para a cobrança da tarifa de esgoto mesmo ausente o tratamento final dos dejetos, principalmente porque não estabelece que o serviço público de esgotamento sanitário somente existirá quando todas as etapas forem efetivadas, tampouco proíbe a cobrança da tarifa pela prestação de uma só ou de algumas dessas atividades. Precedentes: REsp 1.330.195/RJ, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, DJe 04.02.2013; REsp 1.313.680/RJ, Rel. Min. Francisco Falcão, Primeira Turma, DJe 29.06.2012; e REsp 431121/SP, Rel. Min. José Delgado, Primeira Turma, DJ 07/10/2002.

6. Diante do reconhecimento da legalidade da cobrança, não há o que se falar em devolução de valores pagos indevidamente, restando, portanto, prejudicada a questão atinente ao prazo prescricional aplicável as ações de repetição de indébito de tarifas de água e esgoto.

7. Recurso especial provido, para reconhecer a legalidade da cobrança da tarifa de esgotamento sanitário. Processo submetido ao regime do artigo 543-C do CPC e da Resolução 8/STJ.(REsp n. 1.339.313/RJ, Relator o Ministro Benedito Gonçalves, DJe 21/10/2013)

Consoante, portanto, a previsão contida no art. 9º, § 1º, X, do RISTJ, determino sejam os autos redistribuídos a um dos Ministros integrantes das Turmas que compõem a Primeira Seção desta Corte.

Publique-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator